

CONCURSO PÚBLICO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
POLÍCIA FEDERAL (PF)

CARGO 2: PERITO CRIMINAL FEDERAL/ÁREA 1

PROVA DISCURSIVA

Aplicação: 16/9/2018

PADRÃO DE RESPOSTA

- 1** A respeito do processo de planejamento é preciso destacar:
- que a LRF fortalece o processo orçamentário como peça de planejamento, prevenindo desequilíbrios indesejáveis;
 - que a LRF impõe um vínculo entre o programa de trabalho do governo, materializado em suas metas e prioridades, e as dotações consignadas na lei orçamentária anual;
 - que a LRF instituiu o anexo de metas fiscais, que deve conter as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
 - que a lei orçamentária anual deve conter em anexo o demonstrativo da compatibilização do orçamento com os objetivos e metas definidos no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.
- 2** Quanto às receitas e a renúncia fiscal espera-se que o candidato mencione:
- a determinação da LRF segundo a qual cabe a todos os entes da Federação instituir, prever e efetivamente arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional, auxiliando o cumprimento das metas fiscais e a alocação das receitas para as diferentes despesas;
 - que a renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes;
 - que, para estar de acordo com a LRF, cada governante deve demonstrar que as renúncias de receita concedidas foram consideradas na lei orçamentária anual e que não afetarão as metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias;
 - que uma alternativa à demonstração de compatibilidade é a demonstração de que a renúncia de receita será compensada por aumento de receita.
- 3** Em relação às despesas com pessoal faz-se necessário mencionar:
- que a LRF impôs limite para os gastos com pessoal utilizando a definição mais abrangente possível para o conceito, que inclui ativos, inativos e pensionistas, servidores civis, militares e titulares de cargos eletivos e todas as espécies remuneratórias;
 - que, antes mesmo de o limite máximo ser ultrapassado, o limite prudencial impõe restrições à concessão de vantagens, criação de cargos, alteração de estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título e contratação de hora extra;
 - que, se o limite máximo for ultrapassado, o excedente deve ser eliminado em dois quadrimestres;
 - que nenhum ato que provoque aumento da despesa de pessoal poderá ser editado nos cento e oitenta dias anteriores ao final da legislatura ou do mandato dos chefes do Poder Executivo.

Quesitos 2.1, 2.2 e 2.3

- 0 – Não mencionou, de forma correta e coerente, nenhum dos aspectos principais em que se divide o quesito.
- 1 – Mencionou, de forma correta e coerente, 1 dos 4 aspectos principais em que se divide o quesito.
- 2 – Mencionou, de forma correta e coerente, 2 dos 4 aspectos principais em que se divide o quesito.
- 3 – Mencionou, de forma correta e coerente, 3 dos 4 aspectos principais em que se divide o quesito.
- 4 – Mencionou, de forma correta e coerente, todos os aspectos principais em que se divide o quesito.